

Chegou o momento de construir*

— Ensaio geral para discursos políticos

*A relação da juventude com a política, no geral, e a relação de cada aluno com a política, em particular, foram os motes do primeiro registo em Design de Comunicação V. Como reação à leitura de “Os jovens estão a desistir da política, e a política parece prescindir deles” (Paulo Pena, *Público*, 31.1.16), cada aluno construiu a sua resposta às perguntas:

- Porque desistem os jovens da política?
- Porque desistiu a política dos jovens?
- E eu, desisti da política?

A partir da sua própria experiência e posição pessoal, devidamente informada pelos argumentos, obras e autores que considerasse úteis, cada aluno expôs as suas respostas através de uma apresentação oral e de uma apresentação impressa. Partimos da noção de retórica e das suas componentes discursivas (Dispositio, Elocutio, Memória, Ação e Prolepse) para chegar a uma formalização exploratória do discurso (afim ao modelo artístico da lecture-performance) e testar o potencial, objetivos e princípios da oratória política.

Juventude e Política: o papel da escola na educação política

Tomás Barão

Quebrar o silêncio: algo está mal nas escolas

Em outubro de 2009, Pedro Feijó, aluno do Liceu Camões, foi convidado a discursar nas celebrações do 100º aniversário da escola, na presença do então Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, e da então Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues. Depois de uma crítica às medidas de educação mais recentes — a que chamou “entraves à democracia nas escolas”—, Feijó desenha uma escola para o futuro, construída com os interesses e contributos de tod@s. Portugal não tem uma cultura de discurso político, como existe, por exemplo, nos Estados Unidos da América. Apesar de não chegar ao nível dos discursos estadunidenses, o discurso de Pedro Feijó é mais encorajador do que a maioria dos que vemos na política portuguesa.

Conhecimento é poder, e não o querem partilhar

Em “Défice estrutural: magia negra” (*Público*, 9.2.16), Mariana Mortágua propõe-se ao desafio hercúleo de explicar ao público leigo como se calcula o défice estrutural. A tarefa exige a compreensão de uma série de conceitos básicos da economia, e o resultado é um artigo longo e complexo. Contudo, esta tentativa manifesta um interesse em partilhar conhecimentos que têm influência direta nas nossas vidas, mas que nos estão inacessíveis. Esta é uma atitude raríssima e louvável nas pessoas que ocupam cargos de chefia e decisão do Estado. Conhecimento é poder. Será por isso que parecem existir ainda muitas reservas em partilhá-lo com a população? Será que é mais confortável manterem-nos na ignorância? Documentos ilegíveis são ferramentas de tirania. Existe assim um fosso enorme entre quem decide e quem é influenciado pela decisão. A democracia não deveria esgotar-se na eleição de representantes para o governo. Mais do que representatividade, a comunicação entre os eleitos e os eleitores deveria ser tão próxima e frequente quanto possível, para que os princípios da democracia se verifiquem.

Prioridades invertidas

“Toda a gente sabe que metade dos conteúdos lecionados na escola não vão ser úteis para a nossa vida”. Este é outro argumento trazido a público por Pedro Feijó no programa *Prós e Contras*.

Ora vejamos:

- em História, no terceiro ciclo, dedica-se imenso tempo à Antiguidade e à Idade Média, e só no 9º ano é estudado

o século XX. Ora, toda a História posterior à Revolução Industrial é crucial para compreendermos o paradigma em que vivemos;

- não existe espaço para a Educação Sexual. Em Ciências Naturais temos tempo para estudar todas as enzimas envolvidas no processo da digestão, bem como a classificação das rochas, mas a sexualidade humana é abordada de forma muito breve, apenas no que concerne à reprodução. Não há tempo para falar de afetos, de respeito, e de coisas tão essenciais como o consentimento;
- o ensino da Filosofia começa apenas no 10º ano. A palavra “discussão” ainda tem uma conotação negativa na mentalidade portuguesa. São comportamentos transversais a todas as faixas etárias e classes sociais, encarar meras discordâncias como ofensas pessoais, cometer falácias infundáveis, ou terminar um debate com a constatação de que “cada pessoa tem a sua opinião que devemos respeitar” sem que tenha havido uma defesa de cada tese;
- em Português, no estudo d’*Os Maias*, contrapõe-se a educação antiquada e livresca de Eusebiozinho com a educação moderna e “à inglesa” de Carlos da Maia. Mas se observarmos o sistema português ele é exatamente o que critica. São dedicadas semanas a analisar a pente fino os capítulos de uma grandiosa obra sobre o colonialismo português, quando é urgente que esse tempo seja usado para aprendermos a argumentar. “O sujeito poético isto, o sujeito poético aquilo”.

Em vez de nos ensinarem a ler e apreciar poesia, dissecamo-la e a retiramos-lhe todo o encanto;

- por fim, uma das lacunas mais graves na educação pública portuguesa e que melhor exemplifica como a política desistiu d@s jovens é a falta de um espaço letivo para ensinar política e cidadania: como funciona a Assembleia da República; como se pode fundar um partido e que poderes têm; como se distingue estado e governo; como funcionam as leis; qual a diferença entre lei, decreto e portaria; quais os impostos que vou ter que pagar quando for adulto, e porque é que eles existem. Sem esta aprendizagem, como se espera formar cidadãos?

Diversidade na política

Outro problema da mentalidade coletiva portuguesa é o estereótipo que associamos ao político, e do qual deriva a ideia de que “eles são todos iguais”: tipicamente um homem branco de meia-idade com fato, provavelmente licenciado nas áreas da Economia ou do Direito. Felizmente esta ideia tem cada vez menos peso, graças à diversidade crescente no Parlamento, e à presença de pessoas como:

- Domicília Costa, doméstica e reformada;
- Ana Sofia Antunes, invisual;
- Isabel Pires, pós-graduada em Ciência Política, mas a trabalhar num *call center*;
- Alexandre Quintanilha, físico e assumidamente homossexual;
- Jorge Falcato, paraplégico por ter sido alvejado pela polícia numa manifestação em 1978;
- Luís Monteiro, Joana Mortágua e Mariana Mortágua, que mostram que também @s jovens têm um lugar no Parlamento.

Esta nova representatividade choca com o estereótipo de político que (1) garante a esses políticos típicos a sua permanência e (2) permite à população geral continuar a reclamar.

Há dois caminhos que temos que percorrer em simultâneo: em direção a uma escola mais positiva, eficiente e justa, e em direção a uma política mais informada, respeitada e partilhada por todos. Uma escola e uma política mais saudáveis. Os dois percursos interligam-se e potenciam-se mutuamente. É uma progressão lenta, precisamos de paciência. Mas, acima de tudo, consciência de que tal só se faz com a participação de tod@s, que não há pessoas com mais poder e responsabilidade que outras, e que todos os atos, desde as grandes reformas legislativas às pequenas ações do dia-a-dia, passando pelas ações de mobilização local, são igualmente necessários. Estaremos no bom caminho?